

PSIQUIATRIZAÇÃO DA VIDA E O FECHAMENTO DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE MARINGÁ-PR

Nicolly Castilho Greb (PIC/CNPq/UEM), Raisal Pinheiro Uchoa (PIC/CNPq/UEM),
Daniele de Andrade Ferrazza (Orientadora/UEM). E-mail: daFerrazza@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Artes e Letras,
Maringá, PR.

Psicologia, Psicologia Social/Papéis e Estruturas Sociais.

Palavras-chave: Hospital Psiquiátrico; Psiquiatria; Luta antimanicomial.

RESUMO

A pesquisa buscou compreender a trajetória histórica de constituição e implementação do Hospital Psiquiátrico de Maringá até o seu fechamento. Trata-se de uma pesquisa exploratória qualitativa, efetuada em duas etapas. Na primeira etapa, realizamos uma revisão bibliográfica a fim de compreender a constituição histórica, social e política do surgimento da psiquiatria e suas influências no processo de psiquiatrização da vida. Na segunda etapa da pesquisa, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com uma pesquisadora do tema e com uma participante do Conselho Municipal de Saúde. Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados através de três categorias temáticas: 1) trajetória histórica do manicômio maringaense; 2) entraves, desafios e estratégias para a constituição do movimento antimanicomial em Maringá; e 3) SUS, reforma psiquiátrica, políticas públicas e controle social. O Hospital Psiquiátrico de Maringá (HPM), fundado em 1966, teve sua interdição cautelar decretada em 2022 após inspeções realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia (2020), entre outros órgãos, em que se constataram diversas irregularidades e violações de direitos. Dessa forma, o material das entrevistas foi compreendido em diálogo com a literatura especializada no tema. Conclui-se que o fechamento do hospital psiquiátrico é um demonstrativo da força dos movimentos antimanicomiais que resistem à lógica medicalizadora hospitalocêntrica, podendo ser considerado um marco da Luta Antimanicomial Maringaense.

INTRODUÇÃO

Para entender as implicações histórico-políticas do surgimento da psiquiatria e seu impacto na psiquiatrização da vida, a perspectiva foucaultiana é utilizada para retomar o conceito de loucura, que mudou ao longo da história ocidental conforme os contextos sociais. No século XVIII, a psiquiatria apropriou-se da loucura, classificando-a como doença mental e confinando-a em instituições manicomiais. No Brasil, o Hospício Dom Pedro II, inaugurado no Rio de Janeiro em 1852, impulsionou o surgimento de outras instituições voltadas para a exclusão e tratamento científico da loucura (AMARANTE, 1998). No final do século XIX, a urbanização das cidades brasileiras, marcada por discursos higienistas, intensificou o enclausuramento de indesejados. Os internos dessas instituições enfrentavam práticas violentas e condições desumanas. Durante a Ditadura Militar, o movimento da Luta Antimanicomial surgiu para combater os abusos cometidos pela cultura manicomial. Com a redemocratização e a criação do Sistema Único de Saúde em 1988, novas formas de cuidado, como a Rede de Atenção Psicossocial, priorizaram o cuidado em liberdade. O livro "Os enfermos da razão: cidade planejada, exclusão e doença mental" (Campos, 2004) analisa o surgimento do Hospital Psiquiátrico de Maringá (HPM), fundado em 1966 por Onofre Pereira de Mendonça, em um contexto de urbanização acelerada e conseqüente exclusão higienista na cidade. Nessa perspectiva, a presente pesquisa buscou compreender a trajetória histórica de constituição e implementação do Hospital Psiquiátrico de Maringá até o seu fechamento.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória qualitativa sobre o Hospital Psiquiátrico de Maringá (HPM) e que foi efetuada em duas etapas. Na primeira etapa, realizamos uma revisão bibliográfica a fim de compreender a constituição histórica, social e política do surgimento da psiquiatria e suas influências no processo de psiquiatrização da vida. Nesse sentido, pretendeu-se compreender o protagonismo da psiquiatria na institucionalização do sujeito da loucura e como se dá os processos de desinstitucionalização através da luta antimanicomial e reforma psiquiátrica no Brasil. Na segunda etapa da pesquisa, realizamos duas entrevistas semiestruturadas com uma pesquisadora no tema e uma participante do Conselho Municipal de Saúde. Os dados obtidos foram analisados a partir das seguintes categorias temáticas: (1) trajetória histórica do manicômio maringaense; (2) entraves, desafios e estratégias para a constituição do movimento antimanicomial em Maringá; e (3) SUS, reforma psiquiátrica, políticas públicas e controle social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas com Amanda e Bruna, nomes fictícios criados para representar a conselheira municipal e a pesquisadora do tema. A respeito da (1) trajetória histórica do manicômio, Bruna comenta que o HPM, como outros hospitais da época, surgiu para “higienizar a cidade”. Ela relata que o Hospital foi criado durante a Ditadura Militar (1964-1985), na “Era de Ouro dos Hospitais Psiquiátricos (HP)”, em que muitos serviços estatais foram terceirizados, expandindo as instituições manicomial privadas. O HPM operava como uma empresa privada conveniada ao SUS, com 266 leitos no total, sendo a maioria vinculados ao SUS, recebendo pacientes de todo o estado do Paraná. Embora registrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) como hospital geral, segundo Amanda, o HPM não oferecia o atendimento adequado para tal classificação, pois dependia da rede pública para lidar com os agravos clínicos dos pacientes, muitos dos quais eram causados pela própria internação em condições insalubres. Amanda relatou que o HPM expandiu sua estrutura física ao longo dos anos por meio de “puxadinhos”, permitindo a ampliação de leitos sem cumprir com as normas adequadas de espaço físico. O HPM foi fechado em julho de 2022, devido às irregularidades encontradas na instituição e que podem ser verificadas no “Relatório de Inspeção Nacional dos Hospitais Psiquiátricos do Brasil” (2020). Amanda relata que a quantidade de mortes no HPM levantou suspeitas que motivaram a criação de um comitê municipal de investigação dos óbitos no ano de 2018. Bruna reforça que, além das condições físicas e sanitárias, a maior violação é o próprio ato de enclausuramento e normatização dos pacientes, práticas que são inerentes aos Hospitais Psiquiátricos. Em relação aos (2) entraves, desafios e estratégias para a constituição do movimento antimanicomial em Maringá, a entrevistada Amanda salienta que a existência do HPM, com suas restrições de acesso ao poder público, dificultava a implementação das políticas antimanicomiais previstas na Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/2001). Após a interdição, o Hospital colocou uma faixa na entrada afirmando estar em “reforma para melhor atender os pacientes”, sugerindo retomar suas atividades. Em entrevista publicada por um jornal local, o secretário de saúde do Paraná, declarou seu apoio à reabertura do HPM para manter os leitos psiquiátricos disponíveis, contradizendo a posição de sua própria equipe de trabalho que participou da interdição da instituição. A partir dos dados obtidos nesta pesquisa, fica evidente a falta de declarações de autoridades políticas sobre investimentos nos dispositivos substitutivos da rede pública de saúde mental do Paraná. Em relação ao (3) SUS, Reforma Psiquiátrica, políticas públicas e

controle social, a entrevistada Bruna destaca a importância do controle social preconizado pelo SUS para a fiscalização e garantia do cumprimento das leis. No contexto do HPM, o controle social foi o comitê de investigação das mortes ocorridas na instituição. A partir de 2017, o comitê investigou cerca de 12 casos de violações de direitos, dos quais oito envolviam mortes, apontando para a negligência do hospital como causa principal dos óbitos. Esse comitê reforçou a fiscalização e a responsabilização da instituição por suas práticas, mantendo a posição de seu fechamento.

CONCLUSÕES

A interdição do Hospital Psiquiátrico de Maringá é um demonstrativo da força dos movimentos antimanicomiais que resistem à lógica medicalizadora hospitalocêntrica, podendo ser considerado um marco vitorioso da Luta Antimanicomial Maringaense. Apesar de tamanha conquista, mantê-lo fechado tem sido um desafio para diversas instâncias municipais, que seguem sendo pressionadas por figuras e entidades políticas para a reabertura da instituição. O cenário municipal condiz com a situação nacional contemporânea do movimento da Reforma Psiquiátrica e da luta Antimanicomial, que está em constante processo de ameaças e retrocessos, assim, a necessidade de continuarmos “atentos e fortes”, como diria Caetano Veloso.

AGRADECIMENTOS

Com muito carinho agradecemos a nossa orientadora por toda atenção, dedicação e incentivo ao nos instrumentalizar e nos conduzir na construção dessa pesquisa, a nossos familiares e amigos que nos apoiaram nessa trajetória e ao Projeto de Iniciação Científica da UEM que nos inseriu no âmbito das produções científicas, área de grande estima para as pesquisadoras.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. **Loucos pela vida**: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2a ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- CAMPOS, P. F. **Os enfermos da razão**: cidade planejada, exclusão e doença mental (Maringá, 1960-1980). Annablume, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério Público do

33° Encontro Anual de Iniciação Científica
13° Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



10 e 11 de Outubro de 2024

Trabalho (2020). **Hospitais Psiquiátricos no Brasil: Relatório de Inspeção Nacional** (2ª ed.). Autores. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/hospitais-psiquiaticos-no-brasil-relatorio-de-inspecao-nacional/>> Acesso em: 24 mar. 2023.

